

“Por que nós trabalhamos?”

Uma abordagem sociológica da subjetividade no trabalho Daniele Linhart*

*João Luiz de Souza***
*Iraíldes Torres***

Desde que se aborde sobre a questão da subjetividade no trabalho, a sociologia, ciência da sociedade que se encarrega da inteligibilidade das relações entre os indivíduos e a sociedade, é posta em desafio. A subjetividade não é, de fato, isso que une o indivíduo e aquele que faz sua empreitada pessoal? Ela não é o depósito de sua história pessoal, sua janela sobre o restante do mundo; e esse mundo exterior que se pode chamar.

Gênero e mobilização da subjetividade no trabalho

O exemplo dos serviços em domicílio às pessoas idosas

Nas economias ocidentais contemporâneas, as atividades de serviço ganham importância crescente. São essas que no prazo dos dez próximos anos oferecerão mais perspectivas de emprego (CHARDON, ESTRADE, TOUTLEMONDE, 2005; CHARDON, ESTRADE, 2007). Nessas atividades, o lugar do trabalho tende a mudar, pois a “relação de serviço” aparecia no coração da qualidade do produto. O comprometimento subjetivo dos trabalhadores torna-se um elemento essencial, uma das fontes maiores do gerenciamento, sendo de mobilizá-lo conforme as necessidades da produção. Mas para os assalariados, qual é o sentido dessa evolução? Adquirem um poder de aumento sobre o seu trabalho, ou, ao contrário, essa mobilização da subjetividade constitui uma submissão suplementar à lógica produtiva e, por isso, uma renovação das formas de alienação?

Examinar as modalidades dessa mobilização subjetiva permite trazer alguns elementos como resposta. Nos numerosos casos, a pressão da demanda se exerce diretamente sem mediação, pela relação interpessoal ligada com o cliente, impõe uma implicação interpessoal aos assalariados: o face a face como

* Conferência proferida por Annie Dussuet da Universidade de Nantes, pesquisadora do GTM.

** Trabalho de tradução realizado respectivamente por João Luiz de Souza e Iraíldes Torres.



o prestador do serviço pode assim constituir uma técnica de mobilização eficaz da subjetividade. Isso supõe, todavia, uma adesão mínima dos salários aos objetivos de realização do serviço. Na produção de serviços “personalizados”, isso pode ser obtido graças ao sistema do gênero. De fato, a divisão sexual do trabalho redobra na ordem de pagamento das mulheres, privando-as de uma obrigação posta em serviço de outro, de uma postura da “inquietação do outro”, utilizável nesse sentido.

Apesar das especificidades que podem parecer singulares, o setor de serviços em domicílio constitui um bom ponto de observação desses processos: atualmente em pleno crescimento, designado pelas políticas como um “potencial de empregos” prometedora, é também um setor feminista em mais de 95%. Cuidadoras, trabalhadoras em domicílio, auxiliares de vida social, trabalhadoras familiares, técnicas de intervenção social e familiar, domésticas, empregadas domésticas, auxiliares parentais, ajudantes, assistentes sociais, pessoas que cuidam de doentes, mas não são enfermeiras. As denominações de empregos proliferam, variando no tempo para designar os campos de ação em princípio distintos, mas que, na prática, recobrem-se largamente. Sobretudo, essas assalariadas intervêm no espaço privado, têm um ponto em comum: seu trabalho substitui pelo trabalho doméstico gratuito habitualmente efetuado por mulheres, como mães, esposas, filhas, no ambiente familiar. Centrarse-á aqui os serviços deliberados às pessoas idosas, que o envelhecimento da população começa a aparecer como parte mais dinâmica do setor (BAILLY, 1996; ESTA, DEBONNEUIL, LAHIDJI, 1998; CAHUC, DEBONNEUIL, 2004), mas evocar-se-á também o conjunto desses “serviços em domicílio”, tanto os limites dos recortes institucionais permanecem imprecisos, em tanto que parece necessário focalizar sobre certas convergências.

Globalmente, esses empregos são exatamente precários e pouco remuneradores, somente o essencial porque eles são considerados como não qualificados. Saberes e saber viver são essenciais, todavia em realização pelas assalariadas, mas numa grande invisibilidade. Nesses “empregos de mulheres”, elas são levadas a se engajar por elas mesmas, pessoalmente, acima do que é exigido explicitamente pelo contrato de trabalho, para fazer bem sua tarefa. O “humano” está “no coração do trabalho”: acima das tarefas materiais prescritas, é toda sua inteligência que é mobilizada para dirigir a situação, e mais ainda: o ser feminino “fonte do outro”, único salário de um serviço de



qualidade. Sua subjetividade é, portanto, engajada em múltiplas maneiras e se o sentido moral e a atenção aos outros são indispensáveis, um verdadeiro trabalho de gestão das emoções é também necessária para permitir nessas assalariadas estabelecer e conservar a boa distância, numa relação de serviço onde seu sexo tende a lhes inferiorizar.

Entretanto, paradoxalmente, parece que mais as assalariadas se engajam em sua subjetividade no trabalho, menos elas acessam a um reconhecimento formal de sua qualificação. O engajamento subjetivo tem um papel ambíguo: de um lado, permite às assalariadas de encontrar sentido numa tarefa extremamente dolorosa, de um outro, tende a modificar as competências postas em prática sob a máscara da abnegação, a desvalorizar esse trabalho, permitindo assim a perpetuação de condições precárias de emprego. É então que a questão da profissionalização que é posta, não em termos de formação e aquisição de competências técnicas, mas em termos de reconhecimento de legitimidade em definir as modalidades de intervenção nesse espaço privado.

A tese que se gostaria aqui de sustentar é de que a mobilização subjetiva na qual são convidadas as assalariadas dos serviços em domicílio, para “bem fazer seu trabalho”, é também um impedimento no reconhecimento desse trabalho como profissional; e bem do gênero que é a obra, exatamente como modo de implicação das assalariadas (em tanto que mulheres, elas não podem ter compaixão em olhar as pessoas idosas) e como obstáculo na profissionalização (elas não fazem, somam tudo, informam-se de “simples qualidades femininas” e não têm, portanto, acesso, desse fato, e nenhum reconhecimento profissional). Isso visto parece mais paradoxal que as organizações que oferecem esses serviços, que pertencem para a maior parte, seja no setor público, seja na economia social, e, portanto, sem fins lucrativos. Mas a evidência desses objetivos desinteressados pode também reforçar a confusão entre as esferas públicas e privadas, contribuindo para uma instrumentalização do sentido moral dos atores e atrizes, no momento em que eles (elas) sejam assalariados pelo que fazem ou mesmo como voluntários.

Os exemplos utilizados aqui são tirados de várias entrevistas, feitas no oeste da França, há dez anos. Essencialmente qualitativas, elas consistiram de uma parte em monografias de organismos oferecendo serviços em domicílio, para a maior parte de forma associativa, por meio de uma análise documentária e das entrevistas com as responsáveis pelas voluntárias ou pagas por seus

serviços, de outra parte em entrevistas biográficas junto às diversas categorias de assalariadas, intervindo em domicílio. É preciso, pois, chamar a atenção aos limites dessas observações que não trazem senão que empregos declarados num campo onde o ‘trabalho negro’ (sem legalização trabalhista) é de um lado importante, e se limitam em analisar a situação numa região onde o número das trabalhadoras migrantes é muito fraco. Esses limites oferecem, todavia, a oportunidade de observar situações menos complexas, em que as variáveis de origem étnica e de ilegalidade administrativa sendo descartados, os processos desse gênero podem ser posto em evidência com mais clareza.

O comprometimento da subjetividade num sistema de emprego construído sobre o gênero

O desenvolvimento dos serviços em domicílio corresponde em uma externalização do trabalho doméstico gratuito realizado nas famílias, essencialmente pelas mulheres. Pode-se analisá-lo como uma vendedora de uma atividade social habitualmente realizada no modo da doação e aparentemente indissociável de um forte engajamento subjetivo. Esse processo foi fortemente encorajado nos anos recentes pelas políticas públicas, numa perspectiva de tratamento do desemprego. Isso terminou na criação de numerosos empregos para as mulheres e precários que, modelados no trabalho doméstico feminino gratuito, formam um verdadeiro sistema de emprego sustentado pelo gênero, no qual o engajamento subjetivo parece indispensável tanto para garantir a qualidade dos serviços que para dar um sentido ao trabalho efetuado.

Uma precariedade “feminina” pouco observada

Uma das características desses empregos de serviço em domicílio é de fato sua precariedade. Esse é pouco denunciado, pois ela se declina em torno de dimensões específicas, distintas da precariedade conhecida nos empregos masculinos.

De início, os contratos de trabalho são frequentemente atípicos. A forma de emprego a mais expansiva é aquela do contrato de “comum acordo”, em que os prestadores do serviço são também empregadores diretos: é o caso de 230.000 “diaristas”,¹ segundo a Enquete de Emprego 2002.² A existência



mesmo desses empregos e sua duração semanal estão ligadas às necessidades ressentidas pela prestadora e, portanto, ao acaso dos currículos que ela pode conhecer: períodos de férias das crianças durante as quais elas podem se descontar na assalariada junto de seus pais idosos, ou, ao contrário, ausências de longa duração que implicam uma necessidade de presença aumentada, hospitalização e às vezes falecimentos que se traduzem por um licenciamento. A ausência da organização empregadora prepara então as modificações mais fortes de emprego. Uma forma derivada é o emprego pela intermediária de uma associação procuradora, fórmula nas quais as utilizadoras permanecem empregadoras, mas se fazem assistir pelas formalidades administrativas por essa associação: isto é, em torno de 130.000 assalariados por procuração em 2002. Mesmo se a associação procuradora tentar em geral preservar o emprego pesquisando rapidamente outros “clientes”³ para as assalariadas concernentes, a flexibilidade da demanda de serviço permanece essencialmente suportável pelas assalariadas. Nesses dois casos, pode-se considerar que é a demanda dos utilizadores que constrói o emprego. Finalmente, em 2002, são somente 70.000 assalariadas que estão empregadas “prestadora de serviços”, isto é, o mais frequente por uma associação, como “ajuda em domicílio” e, para as quais a perenidade do emprego está garantida por aquele organismo empregador, o emprego sendo então construído pela oferta.

Em segundo lugar, a maior parte das assalariadas do setor trabalha em tempo parcial e as durações do trabalho são às vezes curtas: 30% do conjunto das assalariadas em domicílio, 13% das assalariadas em prestação de serviço e 26% aquelas que trabalham menos de 15 horas por semana. É preciso destacar aqui ainda o laço entre essas fracas durações e o fato de que os empregos fossem construídos a partir de demanda das prestadoras, que não aprovam exatamente a necessidade de mais um grande número de horas prestadas, e se mostram às vezes mais exigentes quanto aos horários de intervenção.⁴ Na ausência de uma agência de emprego para oferecer, esses empregos que são, portanto, muito curtos, somente as empregadas assalariadas por agências prestadoras de serviços têm tempo integral.

Em consequência, os salários são também irrisórios: o salário médio era em 2002 de 568 € para as assalariadas em prestação de serviços, 457 € para aquelas em experiência, e 427 € para aquelas empregadas “de comum acordo”.⁵ Essas remunerações apenas equivalentes aos salários insuficientes, não

são aceitáveis em evidência, a não ser que, por mulheres, constroem aquelas em procurar recursos complementares para escapar da pobreza, provindo seja da providência do Estado, seja de um “namorado” ou companheiro. O salário muito baixo distribuído no setor inscrito salários concedidos numa posição social definida pelo sexo, impedindo o acesso a uma autonomia econômica individual.

Os baixos salários estão evidentemente ligados também à ausência de qualificação reconhecida nessas assalariadas. Uma ausência fundamental, visto que é ele que permite a perpetuação de condições de empregos precários, num contexto em que numerosos pedidos de emprego sem qualificação constituem uma força de trabalho imediatamente disponível. O conteúdo do trabalho das “interventoras” em domicílio está de fato definido como “diarista” e, tudo como um trabalho doméstico gratuito, é percebido como resultado de disposições femininas inatas, não necessitando de nenhuma formação particular e, portanto, acessível a qualquer mulher.

A divisão sexual do trabalho sobre a qual repousa o gênero constitui, pois, num fator da precariedade dos empregos e uma explicação da invisibilidade dessa precariedade.

Habilidades do gênero, invisíveis, mas essenciais na qualidade de um serviço ‘personalizado’

O serviço deliberado é por ele mesmo definido em termos de gênero. A referência implícita de qualidade de um serviço “personalizado” é de se substituir o mais exatamente possível àquele que poderia ser produzido pela mulher sem profissão; isso delimitado os limites, em instalar o trabalho doméstico gratuito, os mesmos processos de inviabilização do tempo passado e dos conhecimentos.

Ora, todo trabalho doméstico efetuado pelas mulheres em sua “casa”, o serviço deliberado pelas assalariadas em domicílio, particularmente quando é destinada às pessoas idosas, suposta a realização de múltiplas tarefas invisíveis, mas essenciais. Essa dimensão do trabalho pode ser caracterizada como “preocupação” (DUSSUET, 1997); trata-se não somente de acompanhar uma tarefa material, mas também de encarregar-se das implicações, em particular para seus destinatários. É necessário, portanto, operar as escolhas, organizar,



planejar as tarefas materiais inquietantes, sem parar as repercussões do trabalho completo. É isso que constitui a “personalização” do serviço.

Por exemplo: assegurar o almoço de uma pessoa idosa, isso não é simplesmente uma tarefa culinária completa, mas também adaptá-los aos gostos e aos hábitos alimentares dessa pessoa, em toda sua singularidade; é controlar mais tarde a utilização daquilo que é preparado com antecedência; é às vezes também estar presente no almoço, assim explica essa ajuda em domicílio:

Ela comia muito, as crianças perguntaram se ela estava acompanhada no momento do almoço, mas desta vez, tive de estimular-lhe o apetite para estar lá quando a gente comia, para melhor ver como ela comia, como ela deixava a cozinha.

De maneira geral, na própria casa, as mulheres têm certa atitude. Isso lhes parece evidente, pois as tarefas domésticas que elas efetuam estão induzidas pelo amor que elas trazem às pessoas de seu círculo familiar: companheiro, filhos, pais, idosos. Essas tarefas não são redutíveis na aplicação de técnicas, elas manifestam constantemente o cuidado, a preocupação com as pessoas. Implicitamente, é também isso que define a qualidade do serviço esperado pelas assalariadas em domicílio, elas deveriam, também, engajar-se no sistema salarial de outro serviço para poder produzir um serviço personalizado. Mesmo quando a demanda formulada parece trazer unicamente tarefas domésticas, a aprendizagem de técnicas, evidentemente necessárias, não é suficiente para mobilizar ou despertar a atenção a outro, indispensável na qualidade do serviço liberado.

É, portanto, quase impossível de distinguir as tarefas “puramente domésticas” das tarefas de “serviço às pessoas”. A demanda de serviços em domicílio é sempre, implicitamente, uma demanda de serviços personalizados. Supõe-se que isso é da parte das cuidadoras a realização de um conjunto de tarefas invisíveis e não prescritas. Essa dimensão do trabalho não é nem vista e nem reconhecida, mas ela é, apesar de tudo, aquilo que está no trabalho feminino e conta com a experiência do seu trabalho dessa atitude de “preocupação” em torno de seus próximos. É essa mesma postura que elas adotam na sua tarefa profissional. Vê-se a complexidade da qualificação que requer das cuidadoras

em domicílio: um serviço verdadeiramente personalizado, não somente de tarefas materiais que sejam efetuadas, mas também que a assalariada “faça o seu papel” para compreender as situações a fim de ajustar seu trabalho. Ela realiza assim tarefas cognitivas, entretanto não prescritas para um posto definido como um posto de execução relevante à responsabilidade de uma hierarquia superior.⁶

Essa questão da qualificação põe um verdadeiro problema de gestão que se pode abordar por meio do exemplo de assistência às pessoas idosas ou com necessidades especiais, tal como é exposto por uma associação responsável: a Seguradora Social pôs fim ao abuso que constituía a intervenção de uma enfermeira para essa assistência. Deslocar alguém, por exemplo, uma trabalhadora também qualificada que uma enfermeira (e, portanto, engajar fundos públicos importantes) para simplesmente fechar as portas, não se justificava certamente. Todavia, essa interlocutora observa que a enfermeira não fazia a não ser isso e “no futuro serão seguramente assistentes em domicílio sem formação de cuidados [que intervirão para dormir]. Elas não sabem fazer prevenções de queimaduras como uma enfermeira, mesmo com pouco conhecimento, faz essa prevenção. Há um risco de se ter problemas”. Além do cuidado, essa tarefa de assistência ao paciente noturno comporta também uma dimensão de “preocupação” da saúde da pessoa, que se materializa por interações simples. Sem dúvida em suportar, não importa qual a mãe de família, mas indispensáveis na qualidade de um serviço que é também “trabalho doméstico de saúde” (CRESSON, 1955). Se isso é admitido, então a qualificação de uma assistente, até aquela de uma enfermeira, pode ser necessária, isso que torna o trabalho de prevenção. Entretanto, a maior parte do tempo, não é requisitada, a simples postura de “preocupação com o outro”, guiando a ação de cuidadora, até a família da doméstica ou da vizinha, é o bastante para assegurar essa tarefa de “velar”.

Nos serviços em domicílio talvez mais que outros, a descrição objetiva do trabalho é impossível porque a qualidade do serviço precisa de um ajustamento constante para as necessidades singulares das pessoas assistidas, que mais geralmente não são mesmos explícitos. Somente uma postura moral do “cuidado pelo outro” permite então fornecer um serviço dessa qualidade, mesmo quando se trata aparentemente de “fazer simplesmente a faxina”. As assalariadas as mais apreciadas são aquelas que chegam a ultrapassar os pedidos



de seus usuários, antecipando suas necessidades. Do seu ponto de vista, elas não chegam lá senão quando têm “boas relações”, das relações de “confiança” que são estabelecidas com as (patroas) destinatárias, assim se expressa essa auxiliar assistente social conhecida pela sigla (AVS): *Se eu vejo que há necessidade eu faço, eu o faço automaticamente, mas isso a gente faz geralmente quando a pessoa tem confiança e que... não no início. No início, a gente pergunta...*

A não ser que no momento, e então somente, elas podem reproduzir sua ação sobre o modelo que elas adotam no próprio ambiente, sob esse aspecto: elas se conduzem, no exercício mesmo de suas tarefas assalariadas, “conquanto que mulher”, que poderia ser a filha, a esposa, até a mãe da pessoa necessitada. Isso é o gênero que ao mesmo tempo permite e obriga essa modalidade de comprometimento de sua subjetividade.

Sentido do trabalho e dificuldade do ‘trabalho sujo’

Poder-se-ia objetar que muitas mulheres empregadas nos serviços em domicílio completam essencialmente um trabalho não relacionável, mas de “faxina”, e, portanto, de cuidado com os objetos, objetos sujos, objetos imundos. Esse trabalho de limpeza é portador de representações extremamente pejorativas: as tarefas de limpeza, de roupas íntimas ou de limpeza são as mais frequentes, julgadas como repugnantes, e mesmo degradantes porque elas se põem em contatos com a sujeira, particularmente com secreções corporais, e mais ainda, sexuais. Essas tarefas, julgadas impuras, são reservadas pelas diferentes civilizações de categorias de trabalhadoras que elas rejeitam e denunciam à sociedade. Qualquer que seja sua qualificação reconhecida, as assalariadas que intervêm em domicílio são levadas a efetuar esse tipo de tarefas e são, portanto, concentradas para essa estigmatização. Elas conhecem essa confrontação da sujeira e trazem na sua maioria experiências extremas do seguinte tipo:

Eu tive que ir a casa de uma pessoa, trabalhar com uma pessoa, havia caixas de leite empilhadas umas sobre as outras até o teto, eu me sentia mal, era uma infecção [...] Ela se aquecia com isso, mas ela não os lavava. [...] Havia ratos que passavam sobre as minhas pernas [...] Ah, eu tinha horror disso, eu, e os ratinhos que corriam entre as pernas! Brrr!. Era um horror.



Todavia, na maior parte do tempo, trata-se de efetuar as tarefas de limpeza da mesma ordem que aquelas realizadas no próprio lar. Mas é necessário relevar que, para essas tarefas correntes, uma sutil distinção é operada entre completar essas tarefas “por si só”, isto é, de fato, no interior do ambiente da família, e completá-los para os estranhos: é a segunda situação que é degradante, nesse problema de ordem social (DOUGLAS, 2001), expondo em público isso que deveria ficar escondido. Pois no interior do ambiente familiar, parece natural atacar sem repugnância a sujeira, particularmente para as mulheres. É a mesma situação, inversa, aquela, por exemplo, de uma mulher recusando de limpar os excrementos de seu filho ou mais geralmente de seu pai, que é inimaginável e, em geral, as mulheres não se submetem a essa obrigação, mesmo se tratando de um laço familiar.

Assim, mesmo quando a dimensão relacional de seu trabalho não é quase nada desenvolvido, as assalariadas insistem sobre o valor de relação dessas tarefas materiais. Fazendo isso, elas preservam o risco de poluição ligado à transgressão: as tarefas de limpeza não trazem mais nos objetos materiais, uma matéria suja, elas tornam-se “tarefas de serviço”, ligando entre elas pessoas, e sito lhes dá um valor que permite também de diminuir aos seus olhos o trabalho deplorável. Com as entrevistadas, o mais frequente é a qualidade e a autenticidade de suas relações às pessoas necessitadas que são expostas:

Não há nada degradante de fazer isso [a limpeza], isso traz muito, eu acho muito no plano humano, sim, porque a gente não se dá conta, que, daquilo que não sei, as pessoas idosas [...] Uma, isso me tocou verdadeiramente, que estava verdadeiramente sozinha, que não tinha filhos, que não tinha família, que não tinha absolutamente nada, muito poucos amigos que falavam a seu cachorro, como se falava a um filho, e depois desde que fui embora, meus olhos encheram-se de lágrimas, e ela disse-me: ‘quando tu voltarás?’ e se eu tivesse cinco minutos de atraso, eu a chamava porque eu sabia que ela ia se angustiar.

Algumas ressaltam que as tarefas as mais desconfortantes ganham sentido quando se considera como uma felicidade das destinatárias. O trabalho é alegado, é visto como o mais fácil: *Eu não gosto de fazer faxina [...] Não, eu não*



vou dizer que eu não gosto de fazer a faxina, eu digo que preciso bastante de fazer faxina [...]. Mas eu a faço de bom grado porque as pessoas são totalmente simpáticas, é por isso que eu faço...

Isso explica as omissões das assalariadas da ajuda em domicílio em intervir em seus lares, onde a necessidade de ajuda não é flagrante, porque as clientes, não sendo idosas, nem deficientes, poderiam realizar elas mesmas as tarefas de limpeza. Então retrocedidas no lugar de simples mulheres de limpeza, elas não podem encontrar no sentido de seu trabalho um meio de diminuir o trabalho deplorável:

Eu prefiro ir a casa das pessoas onde há a ajuda para levar, onde eu sei que lá há necessidade, não nas casas das pessoas onde se faz a faxina e que elas podem fazê-la automaticamente como nós à noite: é como se pedisse uma ajuda em domicílio para fazer nossa faxina,... esta é a minha visão, eu quero levar ajuda, sustentar as pessoas. [...] Lá, eu sei que a pessoa tem necessidade de mim, para mim isto é importante ir a casa de alguém que tem necessidade de mim, e não de ir a casa de alguém para a faxina.

Mas essa transfiguração do “trabalho precário ou mal remunerado” pelo sentido investido no trabalho não é possível senão que pela condição do engajamento autêntico: não se trata de uma encenação de sentimentos que seriam realmente aprovados, isso não “funcionaria!”. De onde os discursos muitas vezes reiterados são necessários à profissão, que não pode, a não ser pelo amor das pessoas idosas: “É preciso amar o que se faz porque alguém que não ama as pessoas idosas ou as pessoas com necessidades especiais, não pode fazer esse serviço, ele faz a contragosto, não é isso que se quer, é necessário fazê-lo”.

O engajamento subjetivo no trabalho permite, portanto, também, em dar um sentido, de transformá-lo, em fazer um “trabalho precário” de higiene, de “ajuda às pessoas” que se pode reconhecer socialmente. Mas ainda, o gênero está presente, pois as mulheres, também elas, dão amor ao próximo, sobretudo aos mais carentes (DUSSUET, 2005a). O modelo desse engajamento necessário de si não é senão aquele trazido pela família por meio da obrigação das mulheres no trabalho imperativo doméstico gratuito.

Nesse setor de serviços em domicílio, o engajamento subjetivo das

assalariadas aparece como necessário, ao mesmo tempo numa preocupação de eficiência produtiva, para os beneficiários desses serviços, mas também por elas mesmas, numa óptica de valorização do seu trabalho, permitindo a preservação da sua autoestima.

A subjetividade no trabalho: frear na profissionalização ou profissionalização alternativa?

Pode-se interrogar sobre as consequências desse engajamento da subjetividade: não se trata de uma alienação suplementar, de uma verdadeira redução de salário? O que recebem as assalariadas em contrapartida desse engajamento? Elas têm o reconhecimento social de seu trabalho?

Laços e sentimentos como ocultação do trabalho e da profissionalização

Todas as cuidadoras entrevistadas evocam os laços que as unem às pessoas idosas nas quais elas intervêm, demonstram a valorização delas mesmas e que elas ganham votos de confiança que lhes são estendidas:

As pessoas das casas em que a gente vai, a gente faz parte da família, a gente é considerada como pessoas da família, somos mais consideradas que os próprios filhos destas pessoas, porque os filhos, eles têm seus trabalhos fora, bom, bem. Os parentes não têm tempo de se ocupar deles bem... eles têm uma ajuda em domicílio, portanto, nós ficamos ‘tranquilas’, há filhos que dizem isso também, no fundo isso é um pouco lógico. É verdade que, nós, verdadeiramente, fazemos parte da família.

As assalariadas que têm tido a oportunidade de exercer suas atividades em outras áreas falam das vantagens: em termos de relações humanas do trabalho nos domicílios privados, por exemplo, essa pessoa que cuida das pessoas enfermas ou não, mas não são enfermeiras diplomadas, hoje empregadas por um serviço de assistência em domicílio após ter conhecido os serviços hospitalares:

Aqui, eu encontrei um outro ambiente, as pessoas os atendem



na casa deles [...] não há equipe de apoio a estas pessoas,, um que passa pelo termômetro, o outro por... [...] Há toda uma comitiva que está lá também, a família se comunica com todo o mundo. Eles contam conosco [...] mas eles não estão submetidos a nós.

A “adoção” das assalariadas pela família é geralmente apreciada, mas esse reconhecimento afetivo testemunhado pelos beneficiários de seus serviços comporta um risco importante: a assimilação de sua posição àquela da esposa, da irmã ou ainda da filha, a confusão entre o trabalho e um trabalho doméstico gratuito no qual se substitui mais ou menos completamente, àquele da mulher do lar. Ora, esse trabalho é ele mesmo invisível, negado porque é efetuado numa lógica que põe em primeiro plano o laço entre as pessoas, o amor. Na família, torna simplesmente visível esse trabalho, afirmar sua existência contabilizando é impossível, pois isso viria a reivindicar uma qualificação inaceitável no espaço da generosidade. Sobretudo, fazendo surgir uma outra motivação que o altruísmo, isso faria aparecer como inautêntico sentimento e fragilizaria do mesmo modo os laços. Essa invisibilidade do trabalho é, sem dúvida, um fator de ilegalidade para as mulheres em geral, mas para as assalariadas levadas a intervir no espaço privado, ela constitui também um modelo degradado de emprego.

Pois os salários são submissos na alternativa entre dar e contar, amar ou ficar insensível, agir por outro ou trabalhar. Todas falam de sua dificuldade em admitir ao mesmo tempo a sinceridade de seu comprometimento e a necessidade para elas de quantificá-la, em particular do ponto de vista do tempo passado, e ficam em estado de conflitos nascidos dos equilíbrios entre seu engajamento no serviço e de sua preocupação de “ou fingir que não tenha preocupação”:

É verdade que vão aproveitar e que vão extorquir (passar a perna) pelo menos em um quarto de hora, cada vez [...] no último momento, a tem documentos a assinar antes de sair do emprego [...] então no início, a gente não sabia muito, diz-se que, espere pra ver, a gente diz sim, isso depende quanto tempo isso vai durar, enfim, bom, e depois, eu digo ‘desolada’, a hora é passada, eu não tenho mais tempo de fazer alguma coisa’ [...]. Mas é verdade que há pessoas, eu faço de coração, e há outras pessoas, quando eu faço uma vez ou duas, eu paro antes dois ou três minutos antes

para assinar o documento, eu saio em ponto.

Essas reflexões mostram bem a dificuldade para essas mulheres, que intervêm em domicílio de outros, de determinar o quadro de sua ação e o nível de seu engajamento: estão elas numa relação de mercado que implica a remuneração e, portanto, desconta esses valores das prestações de cada um? Ou bem se trata de uma relação interpessoal privada engajando seus sentimentos profundos e na qual elas não saberiam quantificar sua contribuição? Essa incerteza não cessa e as obriga a avaliar caso a caso, permitindo “reenquadrar” sua intervenção, limitando-a às vezes: *mais a gente faz isso, mas eles nos perguntam [...] eu precisei estar no nível do trabalho de limpeza, se a gente faz isso muitas vezes, as pessoas nos perguntam sempre, elas perguntam sempre cada vez mais. Portanto, no início, sim, da mesma maneira que se faz no início do trabalho, porque a gente não ousa recusar. A recusa oposta. Trata-se de tempo de trabalho suplementar, ou de tarefas que não fazem parte da função, marca então um posicionamento que aquele de uma “trabalhadora”, de uma “assalariada”. Permite significar a independência, porém traz também um risco de uma ruptura da relação.*

Os exemplos abundam também de caso em que as assalariadas são algumas vezes provocadas, pelos seus sentimentos e as relações envolvidas, em efetuar tarefas que fogem de suas atribuições. Como essa ajuda em domicílio solicitada por toda família de uma pessoa idosa doravante paralisada, para visitar essa anciã “cliente” e encorajá-la a encontrar suas forças. Ela descreve assim o dilema no qual ela se encontra confrontada:

Há coisas que não estão em nossas atribuições: a família desta pessoa me telefonou [...]. ‘Eu não deveria chamar-lhe, mas eu a chamo mesmo assim porque minha mãe a chama’, é esforço, de que! [...] terça-feira eu disse, eu estou longe, tanto faz, eu já vou, eu já fui, estou de saída, é duro, hein, mas estou contente de ter feito isso [...] essas coisas fazem parte de nosso trabalho, mesmo assim, porque esta pessoa me chama porque ela deseja que sua mãe se recupere [...], eu, estou na minha função do meu futuro e meu trabalho é mesmo assim de encorajar, se ela me pede pra eu ir até lá, é grave, ela não vai morrer, é assim [...] Mas se eu vou lá e que a estimule, digo-lhe: ‘tente apressar-se em chegar em casa’, a gente não sabe nada, mas lá eu cantei uma canção, não impede que ela tentou me acompanhar, depois ela encheu-se de forças por alguns instantes e [...] então é isso, é mais do nosso do trabalho ou [...] eu não acho.

A delimitação entre o campo do trabalho e aquele dos sentimentos não se opera livremente, e se vê bem nesse exemplo que é justamente a qualidade da relação centrada com a pessoa idosa que permite ajudá-la em domicílio. *A priori* não qualificada por isso, de empreender um trabalho de estimulação intelectual e sensorial fundamental para a recuperação das faculdades.

Mas esse amálgama necessário ao trabalho e dos sentimentos trazem também o risco de uma ocultação dum trabalho que não se manifesta, a não ser por tarefas materiais. Não é instrumentado por nenhuma aparelhagem técnica e pode desde então se apresentar sob o aspecto de uma conversação sem importância, até um bate-papo. Muitas assalariadas entrevistadas dizem que esse estado de inquietação que elas se submetem, elas são levadas a efetuar esse tipo de trabalho relacional que elas mesmas assimilam às vezes “nada a fazer”: “Há pessoas, que têm necessidade de falar, a gente as escuta e, às vezes, se trabalha quase porque, se está lá, é preciso sentar-se e [...] é verdade, às vezes. Não se faz grandes coisas! Mesmo as ‘enfermeiras’, entretanto, munidas de procedimentos técnicos de cuidados mais identificados, dizem que essa espécie de ausência de valor das tarefas a cumprir: *eu sou cuidadora, mas em domicílio também, para as pessoas idosas, é mais para fazer a higiene pessoal, ajudá-las a se vestir, ajudá-las a se locomover, ajudá-las a tomar seus remédios, vigiar o estado de saúde, chamar um médico, se for necessário [...]*.

As tarefas puramente administrativas do lar oferecem então uma materialidade antes de tudo segura, e algumas assalariadas as procuram manifestadamente a fim de se premunir contra a suposta ociosidade e da preguiça que elas trazem consigo mesmas:

A senhora, precisava que eu fizesse suas compras, que fizesse o jantar, lhe preparasse para comer porque senão, ela não comia [...] há vezes as pessoas, precisam que você esteja lá unicamente para dar-lhes a refeição [...] é preciso vir porque... elas precisam vir mais, para que elas pudessem prepará-las, aquecê-las, mesmo se está pronta durante uma hora, se está lá para [...] bom, às vezes, não se tem tempo de fazer uma limpeza nesse meio tempo.

As assalariadas são, portanto, elas mesmas duvidosas quanto a real qualidade de “trabalho” em concordar com sua atividade quando as tarefas materiais não se realizam. Para elas, também, o indispensável engajamento

subjetivo na tarefa tende a ocultar as tarefas relacionáveis efetuadas, confundindo com a manifestação de laço interpessoal.

Mas acima dessa ocultação do trabalho, o engajamento subjetivo traz também o risco de dissimular a necessária aprendizagem de saberes e saber viver ligadas a essas tarefas relacionais. Porque essas são confundidas com o laço afetivo às pessoas assistidas, o problema não seria então de *ter* a boa qualificação, mas *ser* boa pessoa. O engajamento de si não parece resultar numa aprendizagem, mas manifestar simplesmente a essência de uma personalidade singular, e a questão da qualificação é assim posta em jogo. Aí, ainda, se pode observar que as assalariadas aderem para a maior parte nessa visão de coisas. Elas descrevem em particular sua chegada ao setor em continuidade com a efetuação de tarefas relacionais no próprio espaço doméstico familiar:

Se eu faço também, é primeiro porque precisava que eu trabalhasse, mas é também porque gostava muito das pessoas idosas. Estou ocupada com a minha avó, eu sempre gostei muito das pessoas idosas, minha avó tinha em mim o que ela queria, então eu disse a mim mesma porque não, ah, sim, eu fazia tudo, fazia a comida, e lhe fazia o café da manhã.

Sua aprendizagem é efetuada aí, no espaço doméstico, de maneira informal, por meio da prática e de uma disposição ética sob o cuidado do outro, mas afora as instituições de formação reconhecidas. Não é, portanto, surpreendente que elas insurjam contra as condições de seu trabalho no que concerne ao salário: elas integraram como dimensão de sua pessoa na postura e na disponibilidade do serviço dos outros, de “disponibilidade permanente” (CHABAUD, FOUGEYROLLAS *et. coll.*, 1985). Isso é esperado delas inclusive no quadro salarial, às vezes no limite das regras de um direito do trabalho em que elas não têm sempre a experiência:

Eu tenho minha mãe, eu, ela é deficiente física desde vinte e seis anos, agora, eu queria fazer isso. Tinha o hábito de fazer com a minha mamãe. Eu fui a várias associações [...] eu cheguei à associação, durante os feriados. Eu disse: os feriados não têm problemas, e é como isso aconteceu. No dia seguinte, ela me telefona me dizendo: ‘a gente tem duas horas para você todas as manhãs’, eu disse ok.



O compromisso pessoal no trabalho favorece a aceitação de condições de emprego em que se observou a precariedade dele: se o objetivo de ajudar aos outros é prioridade, qual a negociação seria possível concernente aos horários ou a remuneração? Mais ainda: excitar a questão da qualificação significaria aqui pôr em causa a ética da dedicação em que essas mulheres são portadoras, pondo à luz os modos de aquisição dessas disposições. Nessas condições, o reconhecimento do caráter profissional dos gestos efetuados pelas assalariadas é evidentemente difícil. No total, o engajamento da subjetividade parece bem aqui de preferência frear sua profissionalização e melhorar suas condições de emprego.

O trabalho sobre a subjetividade como condição da profissionalização: um papel maior para as organizações associativas

Essa situação parece sem saída: de uma parte, as assalariadas têm necessidade para encontrar sentido em seu trabalho, de se comprometer pessoalmente na relação com seu “cliente”; mas de outra parte esse compromisso cria problemas ao processo de reconhecimento social de seu trabalho e dividindo, mantêm em situações de empregos precários. A questão posta é então de saber se um engajamento subjetivo do tipo “profissional”, que poderia acompanhar-se de condições de emprego menos mal, é impossível?

Ora, se o trabalho assistencial em domicílio se supõe que sentimentos pessoais estejam em jogo, esses compromissos não se fazem nas mesmas condições no plano salarial que no plano privado familiar, e, sobretudo, sem o conhecimento da atividade. Segundo Arlie Hochschild, todas as situações de interação implicam em “regras de sentimentos”, regras sociais imperativas, que permitam “salvar a cara”, ou simplesmente em assegurar a perenidade da relação. Aqui, o fato de que a assistência em domicílio seja trazida para uma mediação salarial no plano privado da moradia do beneficiário, muitas vezes materialmente dependendo dela, implica especificidades das regras em observá-las. À falta disso, o trabalho não poderia ser realizado convenientemente. Por exemplo, as cuidadoras em domicílio todas relembram essa regra segundo a qual seus problemas pessoais não devem entrar em cena no ambiente de trabalho:

Isto eu digo sempre [...] ‘teus problemas, as pessoas, elas não têm que saber’ [...] a gente chega às casas das pessoas, e eles (nossos problemas) ficam atrás de nós. Quando a gente vai embora, a gente os encontra... no limite. Porém no limite, mesmo nós, isto nos faz bem de mais e não pensamos nele durante horas.

Elas dizem também sobre essa outra regra que consiste em “manifestar seu bom humor quando intervêm na casa das pessoas, tendo tendência a deprimir-se”: é uma boa regra nesse trabalho, pois ela é indispensável para trazer efetivamente uma ajuda:

É preciso chegar descontráida [...] mas evidentemente se a gente chega com a cara de enterro. Eu vi várias colegas assim que me dizem: ‘ah, eu não sei como tu fazes’, eu digo: ‘escuta, evidentemente se tu chegas com a cara de enterro, eles não serão simpáticos contigo.

Quando se intervém no domicílio do outro, e fizer bem o seu serviço, é, portanto, também saber administrar seus sentimentos e aqueles dos outros. O trabalho material e relacional acabado supõe uma gestão de emoções que “visa a produzir ou inibir sentimentos de maneira a lhes tornar apropriados para situação” (HOCHSCHILD, 2002). Que se trate da cólera, do desgosto a evitar, ou bem ao contrário de comparação em provar, isso constitui um verdadeiro trabalho que se acrescenta ao restante. Ele necessita também de realização do saber fazer específico: comprometer sua subjetividade não significa aí deixar livre seu sentimento. E isso se aprende: *É necessário administrar bem isso, é preciso saber que quando a gente sai da casa dessa pessoa, a gente esquece tudo e [...] a gente reencontra em nossos serviços em nossa casa [...] não é evidente na saída, hein [...] não é fácil.*

Aí as curadoras em domicílio contam como a experiência lhes ensinou a maneira de proceder, muitas vezes lhes custou... Pois nesse espaço privado se instala muitas vezes uma incerteza sobre as regras a observar: o costume dos serviços por elas mesmas, viu-se que tendem a criar relações sobre o modo de intimidade, livrando os detalhes habitualmente reservados ao círculo familiar, então mesmo que eles estão às vezes na espera de uma reserva quanto aos seus problemas pessoais: *As pessoas nos contam sua vida [...] se sabe tudo, se conhece praticamente toda sua vida.*



O risco, para as assalariadas, deixando-se submergir por emoção, é de se autorizar reações espontâneas e de sair assim de uma relação submetida, permitindo completar o trabalho. Vê-se a complexidade da tarefa em executar tanto em termos de gestão dos sentimentos que mantêm boa distância em respeitar o outro. Cada uma anuncia as regras que ela pode forjar ou inventar nesse sentido:

O senhor sabe, as pessoas idosas, elas deformam às vezes o que se diz, portanto, é suficiente, é preciso um pouco de coisas, é necessária muita atenção àquilo que se diz, não é necessário que contemos nossa vida [...] a gente tem vontade de falar dela às vezes, porque eles nos contam sobre suas vidas! Mas é preciso gostar desse trabalho, é preciso estar junto às pessoas, é necessário escutá-las, ser paciente, é preciso muita paciência, é preciso muita paciência, é necessário nunca se aborrecer.

Essas regras são regras profissionais e elas têm por objetivos manter uma situação em que o trabalho seja possível em boas condições. Elas diferem, portanto, daquelas que deveriam ser observadas numa situação de interação privada: as assistentes em domicílio não são as esposas e nem as filhas⁷ daquelas que elas assistem no seu dia a dia, e se elas devem fazer um serviço de qualidade e encontrar sentido em seu trabalho, comprometer sua subjetividade, elas não podem fazê-lo sobre o mesmo modo que essas mulheres “do” lar.

Isso é talvez aí, na elaboração de regras, que não estejam aquelas do espaço privado, mas que deixam apesar de tudo um lugar na expressão da subjetividade própria em cada uma, que as organizações associativas poderiam encontrar um papel fundamental.

A observação, por enquête monográfica e entrevistas, de organizações de serviços de assistência em domicílio às pessoas idosas. Dussuet (2005a) permite de fato estabelecer uma tipologia desses serviços mais ou menos personalizados, mais ou menos precário, mas também mais ou menos profissional (CLERGEAU, DUSSUET, 2004). Pode-se assim distinguir aos extremos:

1 – serviços de tipo “doméstico”, que não comportam definição precisa do serviço fora da relação salarial/utilitário, são construídos pela demanda; eles tendem até uma forte personalização do serviço assim que até uma implicação

subjetiva importante; eles dão lugar aos empregos os mais flexíveis, os mais precários;

2 – serviços de tipo “profissional”, definidos ao contrário por uma prescrição exterior na relação interpessoal, construídos pela oferta. Esses são os meios precários, ao mesmo tempo em que os meios personalizados de fato de uma organização de trabalho e de uma normalização das tarefas que se impõem tanto às pessoas assistidas quanto às assalariadas.

Essa oposição confirma a alternativa na qual estão confrontadas as assalariadas que atendem em domicílio:

1 – seja o trabalho efetuado numa relação interpessoal, em que o laço é intenso e a subjetividade de salariada muito fortemente comprometida, isso permite revalorizar o trabalho, mas somente no plano subjetivo, pois as competências sendo confundidas com os laços interpessoais, o processo de construção de uma qualificação parece quase impossível;

2 – seja o trabalho considerado como “profissional” e benefício de um mínimo de reconhecimento de qualificação, porém as dimensões subjetivas estão ocultadas e as tarefas materiais tornam-se um tanto quanto mais penosa que elas parecem não necessitar, a não ser que uma formação mínima.

Em face desse dilema, existe uma via mediana, emprestada por algumas organizações, de preferência associativas.⁸ A definição do serviço da organização é negociado entre o prestador do serviço e uma organização prestadora que faz o papel de mediador entre o prestador e a salariada. Esse modo de definição do serviço se acompanha de certa limitação da precariedade, ao mesmo tempo em que de um reconhecimento de comprometimento subjetivo da salariada.

De fato, a presença de uma instância mediadora permite uma institucionalização da formação que torna visível ao mesmo tempo o trabalho completo e os aprendizados efetuados para adquirir as habilidades necessárias.

De uma maneira geral, as associações de serviço em domicílio recusam a ideia de que qualquer mulher possa completar as tarefas de atendimento em domicílio sem ter recebido formação específica. Ao mesmo tempo, se o contexto econômico e institucional no qual elas estão lotadas as impedem apesar disso em empregar mulheres não qualificadas. Elas promoveram a ideia de que as assistentes em domicílio não são simples mulheres de serviço,

elas realizam tarefas bem mais importantes que a simples limpeza, põe em relevância as competências relacionais.

Qualquer que tenha sido sua motivação, isso tem como resultado pôr em evidência as dimensões invisíveis de trabalho das ingerências em domicílio e permitiu a elas de afirmar a validade, de ver o caráter indispensável de tarefas relacionais; entretanto, percebidas *a priori* pelas salarizadas, elas mesmas como ausência de trabalho. Várias dentre elas detalham o papel representado pela formação nesse campo. Assim, essa jovem mulher explica como a formação a ser seguida para ser aprovada no exame chamado “Cafad” (Certificado de Aptidão das Cuidadoras em Domicílio), paralelamente em suas intervenções na casa do cliente idoso, permitiu-lhe legitimar com os próprios olhos tarefas que elas consideravam até aí como ocupações de lazer. Impensável no quadro salarial *a fortiori* quando a intervenção remunerada é mais ocupada por instituições coletivas de segurança social:

Há situações que a gente não sabe muito bem, é necessário ir ao serviço ou se a gente pode sair [...] com a formação, os clientes têm sido curiosos sobre a formação, sobre o que se fazia [...]. Elas apreciaram muito bem e quando a gente lhe diz que podemos passear com eles, eles apreciam, eles perguntam.

A formação institucionalizada torna visível e legítima as tarefas até aí ocultadas, mas ela também significa a necessidade de uma aprendizagem de experiência no domínio relacional. Ela pode contribuir na construção de uma identidade profissional para as trabalhadoras que dantes tendiam a desvalorizar sua atividade, cansada em imitar o papel das “domésticas”.

A presença de organizações empregatícias permite também uma divisão pelas salarizadas. Por sua experiência por meio das reuniões de trabalho que, mesmo se elas não têm aparentemente por objeto a organização e a execução de planos, são também frequentes as reuniões no lugar do trabalho coletivo em torno de sua prática e, portanto, de sua subjetividade.

A pergunta é sobre o grau de comprometimento subjetivo pode ser discutida, emergindo as regras do uso profissional disso. Várias assalariadas evocam a maneira em que o recurso no coletivo constituído em torno da associação empregadora lhe permite medir seu comprometimento, de definir a boa distância em observar cara a cara às pessoas assistidas, legitimando tudo

sua posição em torno de uma identidade profissional:

Nos inícios, eu ia a casa de uma senhora, e ela nunca estava contente, eu fazia o trabalho muito rápido, precisava lhe dizer bom dia, não precisava lhe dizer bom dia [...] um dia não suportei mais isso, eu disse à associação, e eles enviaram alguém e eu informei que ela estava sempre aborrecida com todo mundo, portanto, isso vem dela mesma.

Além dessas aprendizagens, o que é posto em debate da subjetividade, o que aparece “publicamente”, abre a possibilidade de um reconhecimento disso como um componente da qualificação profissional, distinguindo-a das formas iniciais no seio do grupo familiar pelo trabalho doméstico gratuito.

O comprometimento da subjetividade das assalariadas no trabalho não produz, portanto, inexoravelmente um redobramento de sua exploração. As organizações permitem às vezes a visibilidade desse comprometimento, graças a uma análise das competências iniciais; elas estabelecem também os limites por meio de uma definição do serviço desenvolvido da empresa que a contrata. Tudo isso parece necessário para evitar a confusão entre o comprometimento da subjetividade e propriedades de gênero.

Ainda assim, a presença de organizações empregatícias não é uma garantia de que essa operação seja efetuada: nesse setor, número de organismos – associativo, público ou com fins lucrativos – se contentam em “responder a demanda”. Todavia, a legitimidade de sua intervenção, num contexto de concorrência que tende a se exacerbar, está ligada à sua capacidade em pôr em evidência as competências específicas de suas assalariadas.

Essas observações sobre os trabalhos em domicílio mostram a importância do comprometimento da subjetividade no trabalho pelas assalariadas, elas mostram também o risco disso, em termos de naturalização de competências de gênero. Para escapar disso, nesse local de trabalho particular, que é também um domicílio privado, as assalariadas devem controlar suas emoções sobre um modo diferente daquele que elas manifestam na sua vida doméstica.

Estabelecer essa distinção supõe que a possibilidade de um debate público que demonstre se o comprometimento da subjetividade é uma condição indispensável ao trabalho. Suas modalidades são diversas, de modo algum inatas, elas são independentes do gênero e resultam da parte das



assalariadas, de um trabalho sobre si, uma aprendizagem que se pode qualificar de profissional.

Essa discussão está favorecida pela presença de uma organização empregadora, representando um papel de mediador num processo de construção, no espaço privado, disso que se pode designar um “espaço público de trabalho”.

Notas

¹ Não é preciso se deixar abusar aqui por denominações que provêm das formas de contrato e não do trabalho efetivamente realizado. “As de comum acordo”, a priori reservado às assalariadas que realizam tarefas domésticas, portanto “diaristas”, são muitas vezes utilizadas também por empregadores idosos para assalariadas que realizam tarefas de ‘ajuda’ e de acompanhamento que a denominação de “auxiliar” de vida social” está reputada designar o dia de trabalho.

² É necessário destacar aqui quanto ao ajustamento estatístico é difícil pela multiplicidade (corrente dos entregadores por uma mesma assalariada, aquela que acumula às vezes empregos utilizando diversos tipos de contrato, e das denominações diferentes). Os legisladores reforçaram essa dificuldade em instaurando, a partir de 1944, a fórmula do cheque-salário, na qual os boletins de salário (contracheque) não são estabelecidos pelo empregador, isso que torna a relação salarial ainda menos visível. Os números dados aqui são tirados da enquete Emprego 2002, que repousam sobre os dados declarativos, evitando assim as contas duplas.

³ Nota: Esses “clientes” são os empregadores.

⁴ Por exemplo, pedindo ajuda no momento em que se levanta, portanto cedo pela manhã, ou no deitar, mais tarde possível à noite, tornando impossível para assalariadas um acúmulo de horas em vários empregadores que permitiriam um acesso para um tempo de trabalho mais longo.

⁵ Entrevista empregada pela Insee, 2002.

⁶ As auxiliares de vida social (as cuidadoras) são reputadas a exercer sua atividade “sob a responsabilidade de uma hierarquia superior” (acordo de ajuda em domicílio, de 29 de março de 2002).

⁷ Isso não significa dizer que elas não tenham encontrado, elas também, modalidades convenientes de gestão de suas emoções (PENNEC, 1999).

⁸ Todas as organizações associativas não aplicam esse tipo de intermediária ao pé da letra, longe disso. Mas algumas organizações apresentam, todavia, os acordos maiores, e trata-se então antes de tudo de associações conforme a lei de 1901 tanto organizações públicas como empresas privadas.